

O PROJETO NACIONAL: ANÁLISE DA “RAÇA AFRICANA” EM SUAS RELAÇÕES PARA COM A HISTÓRIA DO BRASIL

THE NATIONAL PROJECT: ANALYSIS OF THE “AFRICAN RACE” IN ITS RELATIONSHIP WITH THE HISTORY OF BRAZIL

Samara Vitória Vianna¹

Resumo:

Em 1810, os sócios do IHGB decidem lançar um concurso aberto aos historiadores para que criassem uma proposta de como deveria ser escrita a história do Brasil. É escolhida a dissertação do naturalista Dr. Karl Friederich Philipp Von Martius, que defendeu a produção histórica do Brasil pelo indígena, o português e o negro. Porém, sua tese acabou por privilegiar o estudo do indígena e do português, enquanto o negro foi deixado de lado nas pesquisas. Trata-se de um contexto em que a identidade nacional precisava ser promovida para assegurar a consolidação do Estado e as pressões para o fim do tráfico internacional de escravos rondavam a alta sociedade escravista. Partindo dessas ponderações, e do estudo da bibliografia especializada, o presente texto tem o intuito de mapear e analisar algumas das considerações sobre os africanos realizadas por membros das elites letradas do Brasil do Segundo Reinado, com o objetivo de contribuir com as reflexões já produzidas sobre o tema.

Palavras-chave: IHGB; Nacional; Escravidão; Identidade; História do Brasil.

Abstract:

In 1810, the members of the IHGB decided to launch a competition open to historians to create a proposal for how the history of Brazil should be written. The dissertation by naturalist Dr. Karl Friederich Philipp Von Martius was chosen, which defended the historical production of Brazil by indigenous peoples, the Portuguese, and Black people. However, his thesis ended up favoring the study of indigenous peoples and the Portuguese, while Black people were left out of the research. This was a context in which national identity needed to be promoted to ensure the consolidation of the state, and pressure to end the international slave trade was mounting among the slave-owning upper class. Based on these considerations and the study of specialized bibliography, this text aims to map and analyze some of the considerations about Africans made by members of the educated elites of Brazil during the Second Empire, with the goal of contributing to the reflections already produced on the topic.

Keywords: IHGB; National; Slavery; Identity; History of Brazil.

Introdução

No ano de 1840, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a intenção de contribuir com a configuração da identidade nacional do então jovem país independente, que estava naquele momento se consolidando como Estado, decidiu que a tarefa passava necessariamente pela construção de uma “História do Brasil”. Para isto, foi lançado, por meio da Revista Trimestral, um concurso aberto a aqueles que quisessem propor um plano, uma

¹ Graduanda no curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca, sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira.

estratégia, que teria como intuito guiar a escrita de uma história brasileira. Tal guia indicaria o método adequado de seleção das fontes e do uso de tais documentos na construção do passado nacional. Seria eleito vencedor do concurso aquele que tivesse escrito a melhor proposta de como deveria ser escrita a “história antiga e moderna do Brasil”.

Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX (Guimarães, 1988, p. 6).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi criado em 1838, fundado por membros da elite imperial brasileira. Ele contou com a proteção do imperador Dom Pedro II através de ajudas financeiras. O IHGB tem, em nossa sociedade, uma importância ímpar para a produção dos primeiros conhecimentos históricos do Brasil, difundindo em sua época estudos metodológicos e científicos, que colaboram para a formação histórica e intelectual da elite da época.

Dessa forma, o primeiro secretário perpétuo do IHGB, Januário da Cunha Barbosa estabeleceu, adicionalmente, que as bases para a escrita da história nacional deveriam prever um método que pudesse “(...) contemplar a organização de diferentes perspectivas historiográficas, tais como a história política, civil, eclesiástica e literária.” (Cezar, 2003, p. 174).

Após tomar conhecimento do concurso proposto pelo Instituto, o naturalista alemão, Dr. Karl Friederich Philipp von Martius deu início à redação do que mais tarde viria a ser o hoje conhecido “Como se deve escrever a História do Brasil”. No texto, de 1843, com a pretensão de contribuir com ideias para a construção da História do Brasil, o estudioso defende que o melhor caminho para o empreendimento seria produzir uma história que privilegiasse os elementos que cooperaram com o desenvolvimento do homem. Tais elementos, segundo ele, seriam a conversão das três raças características do Brasil Colonial; os indígenas, os portugueses e os negros, nesta ordem.

São, porém, estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou ethiopica (Martius, 2010, p. 64).

No início de sua dissertação, Martius chamou a atenção para o fato de que era possível prever objeções e resistências à proposta por parte dos “brancos”, e, por isso, argumentou que:

Os espíritos mais esclarecidos e mais profundos, pelo contrário, acharão na investigação da parte que tiveram, e ainda têm, as raças Índia e Ethiopica no desenvolvimento histórico do povo brasileiro, um novo estímulo para o historiador humano e profundo (Martius, 2010, p. 65).

Ao longo do concurso, além de Martius, concorreu apenas um outro estudioso, o diplomata Henrique Júlio de Wallenstein. O projeto de Wallenstein, diferente do projeto de Martius, não atendeu às expectativas do Instituto, pois propôs uma história do Brasil que seria estudada através dos transcurtos das décadas, narrando acontecimentos dentro de períodos específicos. Sua obra, intitulada “Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil”, visava seguir historiadores como Tito Lívio, João de Barros e Diogo do Couto (Wallenstein, 2010, 97-98).

O objetivo de Wallenstein era garantir clareza à narração histórica, no entanto, essa narrativa perdia as particularidades da história brasileira, além de, por priorizar o caráter eminentemente político, tinha por consequência a ausência de elementos modernos, contemplados pelas mudanças de conhecimento da sociedade no decorrer do tempo, mudanças essas que não foram colocadas ao escrutínio desses autores antigos.

Essa característica contribuiu para que, após as duas dissertações terem sido analisadas pelo Instituto, se reafirmasse a escolha pelo projeto de Martius. O parecer das memórias veio a público em 1847, declarando Martius como o vencedor, sendo premiado como o autor da “memória” que viria a ser o “guia” nos escritos dos historiadores da História do Brasil e também com cerca de 200 mil-réis. A proposta de Wallenstein foi criticada no parecer emitido pelo IHGB, como “(...) um método puramente fictício ou artificial, que poderá ser cômodo para o historiador, mas de modo algum apto a produzir uma história no gênero filosófico, como se deve exigir atualmente” (IHGB, 2010, p. 105).

Martius, juntamente com o zoologista Johann Baptist von Spix, foi escolhido pela Academia de Ciências de Munique para fazer uma excursão pela América – por ordem do rei da Baviera – com o propósito de adquirir conhecimentos a respeito desta região que fossem úteis para a “humanidade” e para o rei. Sendo assim, antes mesmo do concurso do IHGB ser lançado, o Brasil não era uma terra estranha ao naturalista, fato esse que colaborou para a execução de um projeto tão bem pensado para a História do Brasil. Na análise da dissertação do Dr. Karl Friederich Philipp von Martius pretende-se analisar o seu “manual” com o objetivo

de mapear, especificamente, as propostas de inclusão da população de origem africana em seu guia para a escrita de uma História do Brasil.

Processo civilizador do indígena

Primeiramente, é importante ressaltar que Martius, em seu trabalho, ao expressar que o indígena deve vir primeiro, faz o que ninguém tinha feito até aquele momento, enfatizar que a chegada dos indígenas ao Brasil antecedeu o desembarque dos portugueses. Isso marcou uma nova etapa na maneira de se escrever a história no Instituto, que até então primava por um caráter mais ordenador e científico. Além disso, o autor defendeu que seria um grande erro ignorar a raça “Índia” e a “Ethiopica”, pois cada uma das três raças era um “motor especial” que influenciava o desenvolvimento comum, devido à energia, número e dignidade da sociedade de cada uma delas (Martius, 2010, p.64).

Defensor da “mescla das raças”, Martius apoiava a miscigenação entre essas três raças, para que se formasse “uma nação nova e maravilhosamente organizada” de maneira que o sangue português absorveria as características das raças “Índia” e “Ethiopica” (Martius, 2010, p. 65). Ademais, ele aponta que o destino do Brasil estava intimamente ligado à permissão que, ao seu ver, os habitantes da antiga colônia portuguesa davam ao negro de influenciar o desenvolvimento da nacionalidade brasileira.

Colocando o indígena como o primeiro elemento do seu projeto, o autor discorre nesta parte destacando os principais aspectos a serem investigados pelos historiadores a respeito desta raça. Sua argumentação gira em torno de uma narrativa que começaria pela origem das tribos brasileiras, sugerindo que os indígenas brasileiros eram resíduos de outras adiantadas civilizações perdidas da história, e que estas caíram em um estado de degradação e dissolução (Martius, 2010, p. 68-69).

Sua comprovação se daria através de pesquisas arqueológicas, comparações entre tribos vizinhas, para se examinar a capacidade e o desenvolvimento de sua inteligência, e a manifestação dela através da linguagem, que seria a chave para essa descoberta (Martius, 2010, p. 67-69). Esses estudos levariam a um conhecimento maior sobre a mitologia, teogonia e geogonia das tribos, para encontrar os vestígios de uma filosofia natural perdida e uma religião mais pura. Por fim, investigar suas relações sociais interiores e exteriores – suas leis tradicionais.

Ao levantar as pesquisas que deveriam ser realizadas sobre os indígenas, ele defende que, através do seu “manual”, os conhecimentos obtidos mostraram a capacidade de sua conversão e civilização, uma vez que, com a criação de estudos etnológicos para se estudar essas “tribos”, o objetivo final seria de os inserir no modelo de civilização europeu (Turin, 2006, p.86-87). Essa investigação se deve ao fato de haver uma grande obscuridade na história indígena, o que levantaria uma “curiosidade” sobre a sua historicidade pelos estudiosos.

A efetividade de os inserir no modelo seria decidida à medida que fosse descoberto se os indígenas eram, como alguns acreditavam, uma raça degenerada, decaída ou em permanente estado de natureza. Isso definiria, a seu ver, se eles estavam ou não aptos a passar por um “processo civilizador”. Tal operação se daria principalmente pela catequização dos indígenas, prática esta que desencadeou muitos debates na sociedade entre 1840-1860, quando estava em discussão ser ou não possível aos povos selvagens sair de seu estado de natureza. Independentemente do resultado, apenas dois caminhos eram possíveis a partir disso: o do extermínio ou a assimilação.

Português como motor essencial

Quando Martius escreve sobre o português, o coloca em uma posição de destaque: “(...) como descobridor, conquistador e senhor, [que] poderosamente influenciou n’aquello desenvolvimento; o portuguez, que deu as condições e garantias moraes e phisicas para um reino independente; que o portuguez se apresenta como o mais poderoso e essencial motor” (2010, p.64).

Aqui as questões que o autor declara serem importantes para a História do Brasil relativas aos lusos vão desde o evento considerado vital para a história brasileira: a sua conquista, até as condições para a independência do Brasil (Martius, 2010, p. 72-73). São também outros fatores a serem considerados em relação ao contributo português, dentre eles as disputas entre ibéricos lusos e indígenas, que condicionaram a criação do sistema de milícias e a influência destas para o fortalecimento do domínio português no território bem como para a defesa dele.

O espírito da emigração portuguesa para o Brasil, que estava baseado no comércio lucrativo ou em prestígio social, também agregaria valor para a história nacional, bem como uma história sobre o comércio (valores e mercadoria) abarcando a Europa, a Índia e a África – sua comunicação e circunavegação –, e, ainda, como o descobrimento mudou os valores e o

movimento mercantil de metais e pedras preciosas. Ademais, seria útil à história brasileira, segundo Martius, uma exposição sobre os costumes do século XV, principalmente a índole do colono português, refletida na história da legislação e do estado social dos portugueses, as liberais instituições municipais e como foram transplantadas e modificadas no Brasil (2010, p. 74-75).

Convém ressaltar a escrita do estabelecimento dos eclesiásticos e das ordens monásticas, e suas relações com os indígenas, através das missões de catequização - jesuítas principalmente -, seus estudos etnográficos sobre a língua, religião e costumes indígenas; suas fundações, causas políticas, conflitos com os colonos e a administração, e por fim o ato de sua abolição (Martius, 2010, p. 75-76). Isso exemplifica a relevância para os estudos indígenas, dada por Martius, que tende a simplificar, comparativamente a análise que faz a respeito do negro.

Outros eventos e características a serem estudados pelo historiador, não menos importantes, são as artes e ciências trazidas da Europa ao Brasil, os costumes domésticos, civis e religiosos; os bandeirantes e como estenderam o domínio português (Martius, 2010, p. 77-80). É da responsabilidade do historiador saber diferenciar o que é resultado da índole e costumes puramente portugueses e da influência deste no Brasil, passado aos descendentes, que já é caracterizado como de naturalidade brasileira.

Negro como obstáculo

A visão de grande parte da sociedade letrada sobre o negro, evidência alguns preconceitos particulares da época, como: “O negro gosta de fallar; o seu modo africano de pensar, seu fetichismo lhe subministram também diversos pensamentos poéticos sobre acontecimentos sobrenaturaes ou milagrosos.” (Martius, 2010, p. 80). O exame do africano pelo historiador, diferente do indígena e do português, não faz parte da história do Brasil, eles apenas têm relações um “para com” o outro. Contudo, o naturalista não deixa de dizer que o desenvolvimento do Brasil teria sido outro sem a introdução da escravidão dos negros, tenha sido para melhor ou para pior, algo a ser examinado pelo historiador que se pusesse a analisar as influências dos escravos africanos para o progresso civil, moral e político da sociedade brasileira. Martius deixa claro que é de grande importância:

(...) indagar a condição dos negros importados, seus costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturais, preconceitos e superstições, os defeitos e virtudes próprias à sua raça em geral, &c., &c.; se demonstrar quisermos como tudo reagiu sobre o Brazil (Martius, 2010, p. 81).

A esse respeito, a historiadora Neuma Rodrigues aponta:

Escrever sobre a participação negra na formação e construção de um ‘espírito nacional brasileiro’ era particularmente complicado. A implantação e manutenção da sistemática escravização africana exigiram a elaboração de pressupostos de inferioridade intrínseca das populações negras (Rodrigues, 2007, p. 6).

Para além desses elementos, o autor insistia na importância de se analisar as circunstâncias das colônias portuguesas na África, de todas a partir das quais se traficavam escravos para o Brasil; deveria ser mostrado que movimento imprimiam na indústria, agricultura e comércio das colônias africanas para com as do Brasil e vice-versa. Também, dever-se-ia indagar sobre as questões referentes ao estado primitivo das feitorias portuguesas no litoral e no interior do Continente africano, além do sistema de organização do tráfico negreiro, abarcando seu manejo e procedimento. É apontado por Martius que essas questões não eram conhecidas na Europa, ou o eram apenas superficialmente.

É admitido pelo autor que a literatura portuguesa não oferece muito à história universal do tráfico de escravos, por isso, era importante o historiador contribuir com análises sobre sua índole, os costumes e usos entre os negros e os indígenas. Por fim, era preciso, a seu ver, indicar a influência exercida pelo tráfico de negros e suas diferentes fases sobre o caráter português no próprio Portugal.

De modo geral, segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães, “o negro obtém pouca atenção de von Martius, reflexo de uma tendência que se solidificaria neste modelo de produção da história nacional: a visão do elemento negro como fator de impedimento ao processo de civilização” (Guimarães, 1988, p. 17). Segundo Luís Roberto Manhani, “A ausência da África e dos negros na etnografia é uma condenação da própria possibilidade de inclusão dessa parcela significativa da população na sociedade brasileira” (2021, p. 49).

Analisando temática semelhante à que interessa a este artigo, o historiador André Fertig afirma que a maior preocupação de Martius sobre o negro, sem dúvida, era a investigação em torno do tráfico negreiro, bem como a sua organização e impacto na história de Portugal e do Brasil colonial, e que não estaria ele preocupado com a condição do negro africano, mas rastrear as influências deste para o caráter da formação brasileira (2010, p.46).

Do como deve ser feita

Ao final da dissertação, Martius encerra com algumas observações sobre a forma que se deve ter uma história do Brasil. A respeito disso, ele aconselha o historiador a evitar as crônicas sobre províncias, pois estas dão fatos insignificantes, não deixam vestígio histórico e prejudicam o interesse da narração. Ademais, acrescenta que por consequência da vastidão do território brasileiro, é um desafio para o historiador ter uma visão geral ou específica. Como solução, ele propõe a criação de uma temporalidade única, para depois reunir as especificidades da região, realçar o significativo para a história e omitir o que já foi repetido em outras regiões (Martius, 2010, p. 81-82).

Por fim, é indispensável que o historiador visite as províncias do Império, para examinar com seus próprios olhos os detalhes da sua natureza e povoação. Com esse conhecimento, ele poderá dar bons conselhos ao governo e interessar os brasileiros na leitura de sua história (Martius, 2010, p. 83).

Em suas conclusões, Martius tece considerações sobre a história como sendo mestra da vida, não apenas do futuro, mas do tempo presente (2010, p. 85). Ele fala sobre a importância da história para inspirar sentimentos de patriotismo e todas as virtudes cívicas. Uma história que combata os oponentes do regime, desta maneira o Brasil terá um povo unido, mas que precisa do apoio do monarca e de uma boa organização das províncias.

Atento ao conceito de “historiador patriótico” criado por Martius, Fertig aponta para o aspecto de que seu conteúdo valida uma história nacional formulada de modo que atenda à vontade do poder institucional, seja esquecendo ou apagando da memória o que prejudicasse ou impedisse o estabelecimento do Estado imperial e seus princípios:

Entre os fundamentos do Império, defendidos pelo botânico alemão, estava a escravidão, dizendo que necessitávamos de uma Monarquia constitucional para a manutenção da ordem em um país com grande quantidade de escravos (Fertig, 2010, p. 47-48).

Dessa forma, outro importante dever do historiador apontado por Martius, é de escrever como um autor “Monárquico-Constitucional”. É também dever do historiador do Brasil, segundo Martius, escrever apenas um volume, mas que seja forte, ter estilo popular, porém nobre, correto; satisfazer a inteligência e o coração, porém ter uma escrita simples e clara (2010, p. 86). Com o seu “Como se deve escrever a história do Brasil.”, Martius foi um dos responsáveis por colaborar com o engendramento na elite letrada do Brasil imperial, das percepções e mecanismos pelos quais as duas raças, indígena e negra, seriam nacional e internacionalmente visualizadas pelas sociedades.

Quando questionado se não poderia fazer essa História do Brasil, Martius nega, dizendo que não ousará desejar que ele mesmo escreva uma obra tão importante para o empreendimento historiográfico. Naquele momento, o único estudioso que tentou pôr em prática o plano de Martius foi Francisco Adolfo de Varnhagen, algum tempo depois. “(...) apesar de seus brados de independência epistemológica, não parecia ter a menor sombra de dúvida que suas capacidades enquadrar-se como uma luva neste contorno de historiador-ideal da história da nação traçado pela mão de Martius” (Cezar, 2003, p. 208).

O negro a partir de Varnhagen

Tempos mais tarde, Varnhagen seria considerado o pai da historiografia brasileira, tendo escrito a “História Geral do Brasil”. Em carta ao imperador dom Pedro II, ele explicou os fundamentos definidores da identidade nacional brasileira como herança da colonização europeia. Contudo, seu empreendimento historiográfico revelou uma concepção diferente da deixada por Martius. Possuindo uma grande admiração pela Europa, ele empreendeu uma história nacional que refletiu sobre o conceito de nação brasileira, como representante do modelo civilizatório monárquico europeu no Novo Mundo. O que estaria fora desse modelo seria o “outro”, inimigo do Império do Brasil, as Repúblicas latino-americanas (Guimarães, 1988, p.7).

A fim de contribuir para acrescentar à discussão do que foi uma parte das consequências dos efeitos do “manual” de Martius, algumas perspectivas de pesquisadores que trataram da obra de Varnhagen foram inseridas na análise do tema, tendo em vista a participação do negro para a construção da história nacional do Brasil, pelo autor.

Segundo o historiador Ábdon Eres da Silva a respeito da obra “História Geral do Brasil” por Varnhagen, quando este começa a falar sobre o negro, ele reconhece sua participação para a formação do Brasil, entretanto, opostamente ao que propôs Martius, Varnhagen coloca essa influência como negativa e desnecessária para a construção do país (2024, p.16).

De acordo com José Carlos Reis (2006, apud Silva, 2024, p. 16):

Varnhagen responde afirmativamente: sim, sem os negros, o Brasil teria sido muito melhor! Foi um erro a colonização africana no Brasil. Perpetuou-se no Brasil um trabalho servil que ele se abstinha de qualificar, mas que não se pode mais dispensar sem grandes males para o país.

Destacada outra característica da visão de Varnhagen com o negro, pelo historiador Lukas Magno Borges, para Varnhagen, o próprio fato de ter sido trazido os negros ao Brasil para desempenhar o trabalho escravo os impediria de cultivar um sentimento de afeto e pertencimento à pátria, nessa perspectiva, o ideal seria que os escravos chegassem ao Brasil na condição de servos, e viessem com suas famílias, dessa forma evitaria os sentimentos avessos ao afeto à pátria (2013, p.166).

Considerações Finais

Podemos concluir dos fatos levantados que o processo de inserção do negro na história do Brasil, estabelecido por Von Martius, endossado pelos sócios do IHGB e perpetuado pelos futuros historiadores, de uma maneira ainda mais depreciativa, se deu com o intuito de minimizar a sua influência o máximo possível, para elevar o homem branco europeu e exaltar o seu modelo civilizatório. A principal diferença posta pelos sócios do instituto sobre os africanos e os indígenas é a suposta hierarquização, que colocou o indígena acima do escravo, por ser possível inseri-lo no processo de civilização.

Como já havia sugerido quando mencionei o ‘apagamento’ das nações africanas como objeto da etnografia, a condenação da possibilidade de incluir os negros no processo da civilização repercute-se claramente nos debates do instituto, vetando um “lugar” próprio das ‘nações africanas’ no processo de elaboração da história do Brasil naquele momento (Kodama, 2009, p. 132).

De acordo com Lilia Moritz Schwartz, “enquanto com relação ao indígena ‘imperava a visão romântica’, ao negro restava ‘o espaço de detração’, uma vez que era entendido como fator de impedimento ao progresso da nação.” (1993, p. 147).

Quando a questão da abolição do tráfico escravo se coloca na sociedade do Império de forma inadiável, um fórum é aberto para debates que propusessem uma solução para a mão de obra no Brasil, tendo em vista o projeto de construção nacional em andamento. Em um artigo escrito por Januário da Cunha Barbosa, publicado no primeiro número da Revista do Instituto Histórico, ele discorre uma tese argumentativa, no sentido de responsabilizar a escravidão negra pelo atraso do país na corrida da civilização.

Lembramos este fato para provarmos que eles não são tão avessos ao trabalho, como os pretendem pintar os patronos da escravidão africana, e para que se veja que se forem removidas certas causas de seu horror e desconfiança, se forem bem-tratados cumprindo-se fielmente as convenções, que com eles fizerem, se forem docemente chamados a um comércio vantajoso e a uma

comunicação civilizadora, teremos, senão nos que hoje existem habituados à sua vida nômade, ao menos em seus filhos e em seus netos, uma classe trabalhadora, que nos dispense a dos Africanos” (Guimarães, 1988, p. 22).

Uma das alternativas propostas para se resolver a questão de falta de trabalhadores no país, que pudessem substituir a mão de obra escrava, foi a imigração estrangeira “branca”, entretanto, inúmeros debates ocorreram no sentido de entender se essa opção colocaria em risco o elemento da construção da identidade nacional, com a inserção de outras culturas. Mais à frente, esse se provaria um recurso valioso para solucionar a ausência de braços nas indústrias cafeeiras, além de contribuir para o branqueamento da população.

As considerações de Von Martius a respeito dos elementos a serem examinados de cada uma das três “raças”, refletem o período no qual foram publicadas, constituídas de saberes que visavam o engrandecimento do modelo civilizatório europeu, a fim de construir uma identidade brasileira que pudesse colaborar para:

(...) o fortalecimento do Estado, a centralização política e a manutenção da ordem interna, vista como a conservação da unidade territorial, contendo os interesses regionais, e a preservação da ordem social, sem ameaças de levantes de escravos (Fertig, 2010, p. 48).

Com o início do Segundo Reinado no Brasil, o imperador D. Pedro II, com 15 anos de idade em 1841, teve de lidar com as decisões políticas tomadas durante o período Regencial, que, no ano de 1831, aprovou-se a lei de 7 de setembro que proibia a importação de negros escravizados para o Brasil. Contudo, ainda em 1850, o tráfico acontecia livremente entre a costa brasileira e a africana, mesmo com a promulgação da Lei de 1845, em que o governo inglês aprova a Bill Aberdeen, que conferia aos navios ingleses o poder de interceptar e vasculhar navios brasileiros suspeitos de contrabando, bem como submeter a tripulação e a carga à jurisdição britânica presente. Além dela, em setembro de 1850, foi decretada a lei Eusébio de Queirós, proibindo a entrada de escravos no Brasil, cessando o tráfico internacional, mas impulsionando o tráfico interno.

Com o fim da escravidão em seu horizonte desde sua criação, o Instituto procurou representar o negro, dentro da história brasileira, como um inimigo interno. Além do incipiente movimento abolicionista, que, no final dos anos 1860, já demonstrava um crescimento importante, a resistência negra que atuou em todo o período colonial também causava preocupação na elite letrada do Império (Manhani, 2021, p. 64).

Às vésperas da independência brasileira, o Brasil possuía em seu território 3 milhões e 993 mil negros e mestiços, dos quais havia escravos e livres, mais do que o dobro de brancos em 1 milhão e 347 mil (Costa, 2010, p.19). A escravidão negra perdurou cerca de 300 anos, nesse período houve diversas dinâmicas desse sistema que nunca antes haviam sido vistas em outros tipos de escravidão na história, abundantes são as marcas que os escravos e o regime escravista deixaram no destino da nossa sociedade, mas que resultaram no seu quase apagamento na produção historiográfica do século XIX, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Fontes:

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Parecer acerca das memórias sobre o modo pelo qual se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010, p. 103-114.

MARTIUS, Karl Friederich Philipe von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010, p. 61-91.

WALLENSTEIN, Henrique Júlio de. Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010, p.95-100.

Referências Bibliográficas:

BORGES, L. M. Indígenas e negros nas perspectivas historiográficas de Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878) e João Capistrano de Abreu (1853-1927) precursores da História do Brasil e da construção da identidade nacional. In: *X Semana de História e primeiro Colóquio Nacional: História Nação e região*, 2013, Itapuranga. Anais do evento, 2013. v. 1. p. 160-170.

CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, S. J. (org.) *História cultural: Experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 173-208.

COSTA, Emília Viotti Da. *Da senzala à colônia*. 5a. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FERTIG, A. História, Memória e o Império do Brasil: Januário da Cunha Barbosa, Karl von Martius e a Criação de um Passado para o Brasil. *Revista Sociais e Humanas*, v. 19, n. 1, p. 43–49, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/1346>. Acesso em: 26 ago. 2025.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro,

v.1, n.1, p. 5-27, 1988. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1935>. Acesso em: 26 de ago. 2025.

MANHANI, Luís Roberto. *O discurso sobre o negro na historiografia e na etnografia do IHGB (1839-1925)*. 2021. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/3ee403cc-5d13-46a7-aa8e-4f8324ac5313>. Acesso em: 26 de ago. 2025.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/3p7zc>. Acesso em: 26 de ago. 2025.

RODRIGUES, Neuma Brilhante. ?Como se deve escrever a história do Brasil?: uma leitura de von Martius. In: *XXIV Simpósio Nacional de História*, 2007, São Leopoldo. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210414_40e8e1ef52c49b301728d6b48692a42d.pdf. Acesso em: 26 de ago. 2025.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870- 1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Ábdon Eres da. O índio, o branco e o negro em Martius, Varnhagen e Capistrano: The indian, the white and the black man in Martius, Varnhagen and Capistrano. *Cadernos Cajuína*, v. 1, n. 1, p. 11–17, 2024. DOI: 10.52641/cadcaj.v1i1.6. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/389>. Acesso em: 26 ago. 2025.

TURIN, Rodrigo. A “obscura história” indígena: o discurso etnográfico no IHGB (1840-1870). In: Manoel Luiz Salgado Guimarães (Org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 86-113.